



LEI Nº 1.598, DE 21 DE MARÇO DE 2023.

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL DE QUE TRATA O ARTIGO 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO, ATIVOS E INATIVOS, PENSIONISTAS, AGENTES POLÍTICOS E DOS VEREADORES DE LEOBERTO LEAL, FIXA O PISO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O vencimento dos servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e Legislativo, ativos, a remuneração dos servidores comissionados, os proventos dos inativos e pensionistas com paridade, os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias, os subsídios dos Agentes Políticos (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais) e ainda, dos Vereadores, na forma de revisão geral anual, prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, a partir de 1º de março de 2023, fica revisado em 5,93% (cinco vírgula noventa e três por cento), correspondente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acumulado no período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

§ 1º A revisão fixada no caput desta Lei incide sobre os valores pagos a título de gratificação.

§ 2º A revisão fixada no caput desta Lei aplica-se sobre a remuneração paga aos servidores contratados em caráter temporário.

Art. 2º Fica determinada a aplicação da medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal contida na ADI 4582, para que seja aplicado o índice de revisão geral anual disposto no art. 1º desta Lei para os servidores aposentados e para os pensionistas que não possuam paridade.

Art. 3º O valor do piso municipal dos servidores fica fixado nos seguintes termos, a partir de 01/01/2023:

I - para os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias, R\$ 2.604,00 (dois mil e seiscentos e quatro reais);

II - para os demais servidores: R\$ 1.302,00 (um mil e trezentos e dois reais), com 40 horas semanais.

Parágrafo único. Fica autorizado o pagamento retroativo do valor do piso fixado nos incisos do caput deste artigo a partir de 01/01/2023.

Art. 4º Os honorários dos membros do Conselho Tutelar ficam fixados em R\$ 1.370,35 (um mil, trezentos e setenta reais e trinta e cinco centavos).

Art. 5º O pagamento dos valores da revisão de que trata esta Lei fica contingenciado aos limites constitucionais vigentes.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de verba específica do orçamento do Município e da Câmara de Vereadores.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 21 de março de 2023.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 04/05/2023